

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO APÓS A LEI 13.467 DE 2017¹

SUCUMBENCIAL ATTORNEYS' FEES IN THE LABOR COURT AFTER LAW 13,467 OF 2017

Kairon Bruno FURNIEL²

Maria Cláudia Santana L. de OLIVEIRA³

ISSUE DOI: 10.21207/2675-0104.2019.876

RESUMO

O presente artigo científico abordou o tema: honorários advocatícios sucumbenciais na Justiça do Trabalho após a Lei 13.467 de 2017. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e legislativa, com o objetivo de abordar no geral a discussão doutrinária sobre o tema, concluindo com algumas das consequências da alteração dessa regra da Reforma Trabalhista do ano 2017. Diante disso, os honorários advocatícios sucumbenciais contêm grande relevância ao atual cenário do Direito brasileiro, visto que houve modificação nos dispositivos legais há pouco tempo, o que causou alvoroço entre os juristas. Sendo assim, os capítulos do presente artigo científico estarão dispostos a fim de elucidar qualquer dúvida do tema. O primeiro explicou o *jus postulandi* na Justiça do Trabalho. No segundo, foram demonstradas as regras dos honorários advocatícios antes da Lei 13.467 de 2017. No terceiro, contrapondo o antecessor, as alterações quantos ao novo entendimento da Justiça do Trabalho. No capítulo final, foi explicada a atual divergência sobre os honorários advocatícios sucumbenciais, que se refere a sua aplicabilidade temporal e a constitucionalidade do §3º do art. 791-A da Lei 13.467 de

¹ O presente artigo sintetiza a monografia de conclusão da pesquisa, realizada para o Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2018-2019) da Faculdade de Direito de Franca (FDF), Franca/SP.

² Discente da Faculdade de Direito de Franca (FDF), Franca/SP. Bolsista do Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2018-2019).

³ Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (1986) e mestrado em Direito pela Universidade de Franca (2002). Atualmente é professora titular da cadeira do Direito do Trabalho, no período noturno, da Faculdade de Direito de Franca. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho.

2017. Ao fim, foram apresentadas as considerações finais, momento que relevou as principais discussões sobre o tema, e ressaltou as suas soluções dadas pelo legislador ou pelo Poder Judiciário, acrescentando as vantagens ou desvantagens analisadas sobre a utilização da nova regra sobre os honorários advocatícios sucumbenciais na Justiça Trabalhista.

Palavras-chave: Honorários advocatícios. Reforma Trabalhista. Sucumbência. Justiça Trabalhista. Tribunal Superior do Trabalho.

ABSTRACT

*The present work dealt with the subject: legal fees in the labor process after Law 13.467 of 2017. The methodology used was the bibliographical and legislative research, with objective of approaching in general the doctrinal discussion about the subject, concluding with some of the consequences of the alteration of this rule by the Labor Reform of 2017. In view of this, sucumbencial legal fees contains a great relevance to the current scenario of the Law, since there was a modification in the legal provisions a short time ago, which caused uproar among the jurists. Thus, the chapters of the present research will be willing to elucidate any doubt of theme. The first explained the *jus postulandi* in the Labor Court. In the second, the rules of attorney's fees were demonstrated before Law 13.467 of 2017. In the third, as opposed to the predecessor, as many changes to the new understanding of the Labor Court. In the final chapter, the current divergence on sucumbencial legal fees was explained, which refers to their temporal applicability and the constitutionality of §3º art. 791-A of the Law 13.467 of 2017. Finally, the final considerations were presented, which highlighted the main discussions on the subject, and highlighted their solutions given by the legislator or the Judiciary, adding the advantages or disadvantages analyzed on the use of the new rule on sucumbencial attorney's fees in the Labor Justice.*

Keywords: Attorney's fees. Labor Reform. Sucumbency. Labor Justice. Superior Labor Court.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2017 entrou em vigor a Lei 13.467, conhecida como a Reforma Trabalhista, a qual modificou, entre outros aspectos importantes à seara trabalhista, os honorários advocatícios sucumbenciais, contrariando o disposto na CLT de 1943 e nas Súmulas do TST 219 e 329.

Diante disso, houve a solução da divergência doutrinária, em que alguns juristas em conformidade com o entendimento do TST entendiam que não poderia haver a condenação do sucumbente aos honorários advocatícios da outra parte; e os posicionamentos dos doutrinadores que encaravam essa mudança como necessária, visto a adequação do ordenamento jurídico a nova sociedade.

Assim, com a vigência desta nova lei trabalhista, houve outras divergências doutrinárias, a primeira quanto à aplicação dos honorários advocatícios, sendo resolvida tal discussão com a Resolução 221 do TST. A segunda, quanto a constitucionalidade do arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais às partes beneficiadas pela assistência judiciária gratuita.

Destarte, para fins didáticos, foi dividido o presente artigo científico em quatro capítulos, o primeiro foi explicado o *jus postulandi* na Justiça do Trabalho, relevando o aspecto quanto a sua importância dentro da seara trabalhista e a sua adequação às demais legislações vigentes e ao momento social.

No segundo, foram demonstradas as regras dos honorários advocatícios antes da Lei 13.467 de 2017, isto é, os dispositivos da CLT de 1943 e as Súmulas 219, 329 e 425 do TST. E, no terceiro, contrapondo o antecessor, as alterações quantos ao novo entendimento da Justiça do Trabalho.

No capítulo final, foi explicada as atuais divergências sobre os honorários advocatícios sucumbenciais, que se refere a sua aplicabilidade no tempo, e a constitucionalidade do arbitramento deles em desfavor daqueles com insuficiência de recurso.

Ao fim, foram apresentadas as considerações finais, momento que foi considerado as principais discussões sobre o tema, e ressaltada as suas soluções dadas pelo legislador ou pelo Poder Judiciário, acrescentando as vantagens ou desvantagens analisadas sobre a utilização da nova regra sobre os honorários advocatícios sucumbenciais na Justiça Trabalhista.

2 *JUS POSTULANDI* NA JUSTIÇA DO TRABALHO

O *jus postulandi* está previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas nos artigos 791 e 839 da CLT, no qual permite aos empregados e empregadores de reclamarem pessoalmente na Justiça do Trabalho.

Art. 791 – Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar suas reclamações até o final.

Art. 839 – A reclamação poderá ser apresentada:

a) pelos empregados e empregadores, pessoalmente ou por seus representantes, e pelos sindicatos da classe;⁴

Posto isto, conceitualmente Martins define o *jus postulandi* como a “capacidade de ingressar em juízo com ação, independente da constituição de advogado, principalmente em razão da hipossuficiência do trabalhador, que não tem condições de

⁴BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. **Consolidações das leis trabalhistas**. Brasília – DF, maio 1943.

contratar advogado”⁵. Diante disso, evidente a diferença entre o processo trabalhista e ao processo civil, em que no último é obrigatória a presença de advogado ou procurador devidamente constituído para prestar assistência técnica dentro da ação.

A intenção do legislador em 1943 ao criar tais normas foi privilegiar a simplicidade e operabilidade dos direitos trabalhistas, garantindo o acesso à justiça, como bem explicado por Silvestre:

Como é cediça a informalidade está presente em todo o direito processual do trabalho, sendo que seu mandamento nuclear, como próprio nome sugere, despreza o excesso de formalidades do direito processual comum neste ramo do direito. Pode se justificar a sua aplicabilidade, dentre outras hipóteses, o fato de que o direito processual do trabalho possibilita a atuação do próprio jurisdicionado sem estar representado por advogado, ou seja, o *jus postulandi*, previsto no artigo 791 da CLT. Logo, não haveria razão para obrigar as partes a conhecerem normas técnicas e procedimentais para alcançar a tutela jurisdicional de modo mais célere.⁶

Contudo, apesar do art. 791 estar expressamente da seguinte forma: “os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e *acompanhar suas reclamações até o final*”⁷ (*grifo nosso*), o Tribunal Superior do Trabalho, como o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não permite a utilização do *jus postulandi* em seus tribunais, contrariando o disposto neste artigo. Neste sentido, informa Saraiva e Linhares:

Portanto o *jus postulandi* não prevalece no TST. Logo, em caso de recurso de revista interposto, ele deverá ser subscrito por advogado, assim como qualquer outro recurso que venha a tramitar no TST. Em outras palavras, o *jus postulandi* doravante somente prevalecerá nas instâncias ordinárias.⁸

Todavia, a crítica realizada sobre este instituto é quanto a restrição ao princípio da ampla defesa e ao acesso à justiça, visto que é inviável exigir dos empregados e empregadores, em geral, que tenham

⁵MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 30ª ed. São Paulo, Atlas, 2010, p. 42.

⁶SILVESTRE, Jorge Augusto Buzetti. **O princípio do informalismo no direito processual do trabalho**. OAB 6ª subseção de SINOP/MT, Mato Grosso, 2013. Disponível em: < http://www.oabsinop.com.br/?mega=news_detalhe&cod=473>. Acesso em: 17/10/2018.

⁷BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. **Consolidações das leis trabalhistas**. Brasília – DF, maio 1943.

⁸SARAIVA, Renato; LINHARES, Aryanna. **Curso direito processual do trabalho**. 14ª ed. Salvador, JusPodivim, 2017, p. 54.

conhecimento técnico-jurídico para ingressar com ação ou dela defender-se, o que acarretará a injustiça caso o leigo jurídico venha a ingressar sem auxílio de advogado ou procurador constituído, termos semelhantes ao entendimento de Dinamarco:

A efetividade do processo está bastante ligada ao modo como se dá curso à participação dos litigantes em contraditório e à participação inquisitiva do juiz. O grau dessa participação de todos constitui fator de aprimoramento do produto final, ou seja, fator de efetividade do processo do ponto de vista do escopo jurídico de atuação da vontade concreta do direito.⁹

Destarte, apesar de que doutrinadores entendam que o *jus postulandi* permite que as partes no processo trabalhista tenham o direito constitucional do acesso à justiça garantido, a outros como Oliveira que entende que por mais que garante esse direito, seria limitado o direito de ampla defesa, visto que “são exigências que não mais se afirmam com a complexidade processual onde o próprio especialista, por vezes, tem dúvidas quanto à medida cabível em determinados momentos”¹⁰, assim, o risco do cometimento de injustiças é maior quando não há conhecimento técnico-jurídico dentro do processo.

Em virtude desta possível afronta aos direitos constitucionais, o ordenamento jurídico prevê a assistência jurídica gratuita e a justiça gratuita, assim ampliando o acesso à justiça aos empregados e empregadores.

Schiavi, para fins didáticos, conceituou e diferenciou ambos os institutos:

A assistência judiciária gratuita é o direito da parte de ter um advogado do Estado gratuito, bem como estar isenta de todas as despesas e taxas processuais. A justiça gratuita é o direito à gratuidade da (sic) taxas judiciárias, custas, emolumentos, honorários de perito, despesas com editais etc. Não terá a parte direito a advogado do Estado, mas não pagará as despesas do processo.¹¹

Diante disso, no processo trabalhista a assistência judiciária gratuita será prestada pelo sindicato da categoria, em face do que prevê o art. 18 da Lei 5.584/70: “A assistência judiciária, nos termos da presente

⁹DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. São Paulo, Malheiros, 1987, p. 25.

¹⁰OLIVEIRA, Francisco Antônio de. **O processo na justiça do trabalho**. 4ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.

¹¹SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. 2ª ed. São Paulo, LTr, 2009, p. 288.

lei, será prestada ao trabalhador ainda que não seja associado do respectivo Sindicato”¹², acrescenta Saraiva que o sindicato não poderá negar a assistência como não poderá “condicioná-la à sua associação”¹³.

Com isso, as partes terão amplo direito ao acesso à justiça, sendo desnecessário o *jus postulandi* no processo trabalhista, visto não haver a afronta a este princípio constitucional. No entanto, tal discussão gera divergências doutrinárias acerca da validade e eficácia deste instituto.

No mais, em decorrência do *jus postulandi*, o princípio da sucumbência previsto no Código de Processo Civil não alcançou a esfera trabalhista, prevê esse princípio, segundo Nery Junior:

Aquele que deu causa à propositura da demanda ou à instauração de incidente processual deve responder pelas despesas daí decorrentes. Isso porque, às vezes, o princípio da sucumbência se mostra insatisfeitos para a solução de algumas questões sobre a responsabilidade pelas despesas do processo. Quando não houver julgamento do mérito para aplicar-se o princípio da causalidade na condenação da verba honorária acrescida de custa e demais despesas do processo, deve o juiz fazer o exercício de raciocínio, perquirindo sobre quem perderia a demanda, se a ação fosse julgada pelo mérito.¹⁴

Semelhante ao que ocorreu com o princípio da sucumbência, o da reparação integral dos danos também não fora aplicado na Justiça Trabalhista, uma vez que esta norma, como preceitua Resende, “procura colocar o lesado, na medida do possível, em situação equivalente à anterior ao fato dos danos”¹⁵, logo a sua aplicabilidade dentro do processo está comumente direcionada a reparação das despesas com a contratação de advogado, o que com o *jus postulandi* passa a ser direito subjetivo da parte, não permitindo, deste modo, que a parte vencida onere-se com a faculdade do vencedor.

Atualmente, não houve mudança quanto a esse entendimento aludido acima sendo já bastante sedimentada na jurisprudência a inaplicabilidade do princípio da reparação integral dos danos para compensar os honorários contratuais, entendendo o STJ no julgamento do

¹²BRASIL. Lei 5.584 de 26 de junho de 1970. **Lei da assistência judiciária na Justiça do trabalho**. Brasília – DF, jun. 1970.

¹³SARAIVA, Renato; LINHARES, Aryanna. **Curso de direito processual do trabalho**. 14ª ed. Salvador, JusPodivim, 2017, p. 236.

¹⁴NERY JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado**. 7ª ed. São Paulo, Revistas do Tribunais, 2003, p. 380.

¹⁵RESENDE, Roberta. **Princípio da reparação integral** – indenização no Código Civil. Migalhas, 2011. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/LaudaLegal/41,MI141138,21048-Principio+da+Reparacao+Integral+Indenizacao+no+Codigo+Civil>>. Acesso em: 05/10/2018.

Agravo em Recurso Especial nº 1.281.765 – DF de 2018 que “a contratação do advogado é decorrência natural do direito de ação. Nesse sentido, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários contratuais é da parte que contratou o advogado, não sendo possível sua transferência para a parte sucumbente”¹⁶.

3 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO ANTES DA LEI 13.467 DE 2017

Os honorários advocatícios são divididos em: contratuais, arbitrados judicialmente e sucumbenciais.

Os contratuais são bem definidos pelo jurista Orlando Gomes, *in verbis*:

Sob essa denominação, designa-se o contrato mediante o qual uma pessoa se obriga a prestar um serviço a outra, eventualmente, em troca de determinada remuneração. A parte que presta o serviço estipulado não o executa sob direção de quem se obriga a remunerá-lo e utilizam os métodos e processos que julga convenientes, traçando, ela própria, a orientação técnica a seguir, e assim executando a sua atividade profissional com liberdade.¹⁷

Logo, esta espécie de honorários estará prevista sua remuneração, sendo detalhados os serviços a ser prestado como a contraprestação, qual seja a remuneração. Ainda estabelece o Código de Ética no art. 35 entende necessário que o contrato preveja qualquer contratempo que venha a ocorrer.

Art. 35 – Os honorários advocatícios e sua eventual correção, bem como sua majoração decorrente do aumento dos atos judiciais que adierem como necessários, devem ser previstos em contrato escrito, qualquer que seja o objeto e o meio da prestação do serviço profissional, contendo todas as especificações e forma de pagamento, inclusive no caso de acordo.¹⁸

¹⁶BRASIL. **Agravo em recurso especial nº 1.281.765 – DF**. Jusbrasil, Distrito Federal, 2018. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/588626123/agravo-em-recurso-especial-aresp-1281765-df-2018-0092456-4/decisao-monocratica-588626148?ref=serp>>. Acesso em: 05/10/2018.

¹⁷GOMES, Orlando. **Contratos**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 292.

¹⁸BRASIL. **Código de ética e disciplina da OAB**. Brasília – DF, mar. 1995.

Os arbitrados judicialmente ocorrerão na ausência do contrato que regulamenta os serviços advocatícios prestados e a sua contraprestação, assim cabendo ao judiciário arbitrar uma remuneração ao advogado relevando os parâmetros legais e os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da adequação.

Diante deste conceito, esta espécie de honorários pode causar confusão com os honorários sucumbenciais, para isso, Oliveira, apresentou distinção sucinta entre as espécies de honorários advocatícios: “apesar da indispensável provocação judicial, não se confundem com os honorários de sucumbência, pois, não possuem natureza processual e independem do resultado da demanda proposta pelo profissional na defesa do interesse de seu cliente”¹⁹.

Por fim, os honorários advocatícios sucumbenciais baseiam-se na obrigação do vencido de pagar a parte vencida na ação judicial, portanto, aquele que não tiver sua pretensão atendida terá que arcar com as custas judiciais e os honorários advocatícios, em suma, como afirma Chiovenda, esta espécie fundamenta-se sob:

O fato objetivo da derrota; e a justificação desse instituto está em que a atuação da lei não deve representar uma diminuição patrimonial para a parte a cujo favor se efetiva; por ser interesse do Estado que o emprego do processo não se resolva em prejuízo de quem tem razão, e por ser, de outro turno, interesse do comércio jurídico que os direitos tenham um valor tanto quanto possível nítido e constante.²⁰

Na seara trabalhista, ante a Lei 13.467 de 2017, somente era exercido o direito sobre os honorários contratuais e os arbitrados judicialmente, em face da vedação disposta pela Súmula 219 e 329 do TST aos honorários sucumbenciais. Isto em decorrência do que foi demonstrado alhures sobre a incompatibilidade do *jus postulandi* e do princípio da sucumbência como defendia o jurista Leite Bezerra²¹.

Em contrapartida, outra corrente doutrinária, a qual o ilustríssimo jurista Sérgio Martins faz parte, entendia que:

¹⁹OLIVEIRA, Antônio José Xavier. **Linhas gerais acerca dos honorários advocatícios**: generalidades, natureza alimentar, espécies e o novo código civil. Jus Navegandi. Teresina, jan. 2007. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9378/linhas-gerais-acerca-dos-honorarios-advocaticios>>. Acesso em: 11/06/2018.

²⁰CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. Vol. II. Campinas: Bookseller, 1998, p. 242.

²¹LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 14ª ed.. São Paulo, Saraiva, 2016.

Podem os honorários de advogado ser classificados como despesas processuais voluntárias, visto que a parte pode exercer pessoalmente o *jus postulandi* na Justiça do Trabalho, não sendo obrigatória a participação do causídico.

O acompanhamento por advogado é uma faculdade da parte, em que o primeiro vai prestar assistência técnica a seu consulente, dando-lhe maior segurança para postular em juízo, dadas as particularidades e tecnicismo do processo. Com o advogado, a parte estará melhor assistida processualmente.²²

O entendimento acima aduzido está de conformidade com o do Tribunal Superior do Trabalho, contudo, os juristas Saraiva e Linhares se posicionam contrário a posição do TST sob a não condenação dos honorários advocatícios sucumbências quando a ação atingir os tribunais que o *jus postulandi* não é permitido.

Na medida em que o mesmo Tribunal entende que o *jus postulandi* aplicar-se apenas no âmbito das varas do trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, não se aplicando aos recursos para o TST, às ações rescisórias e aos mandados de segurança (Súmula 425, TST), o compreendemos que nesses casos os honorários sucumbências são devidos.²³

No entanto até a vigência da Lei 13.467 de 2017 foi mantido o entendimento do TST já sedimentado na jurisprudência brasileira pelas Súmulas 219, 329 e 425:

Súmula nº 219 do TST – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO (alterada a redação do item I e acrescidos os itens IV a VI em decorrência do CPC de 2015) – Res. 204/2016., DEJT divulgado em 17, 18 e 21.03.2016

I – Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente: a) estar assistida por sindicato da categoria profissional; b) comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. (art. 14, §1º, da Lei nº 5.584/1970). (ex-OJ nº 305 da SBDI-I).

II – É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.

²²MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 30ª ed. São Paulo, Atlas, 2010, p. 379.

²³SARAIVA, Renato; LINHARES, Aryanna. **Curso direito processual do trabalho**. 14ª ed. Salvador, jusPodivim, 2017, p. 248.

III – São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego.

IV – Na ação rescisória e nas lides que não derivem de relação de emprego, a responsabilidade pelo pagamentos dos honorários advocatícios da sucumbência submete-se à disciplina do Código de Processo Civil (arts. 85, 86, 87 e 90).

V – Em caso de assistência judiciária sindical ou de substituição processual sindical, executados os processos em que a Fazenda Pública for parte, os honorários advocatícios são devidos entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (CPC de 2015, art. 85, § 2º).

VI – Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, aplicar-se-ão os percentuais específicos de honorários advocatícios contemplados no Código de Processo Civil.²⁴

Súmula 329 do TST – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 133 DA CF/1988 (mantida) – Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003

Mesmo após a promulgação da CF/1988, permanece válido o entendimento consubstanciado na Súmula nº 219 do Tribunal Superior do Trabalho.²⁵

Súmula nº 425 do TST

JUS POSTULANDI NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ALCANCE. Res. 165/2010, DEJT divulgado em 30.04.2010 e 03 e 04.05.2010. O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se Às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho.²⁶

Ipso facto, entendeu o TST que os honorários advocatícios sucumbenciais seriam somente devidos, quando houvesse a assistência dos sindicatos às partes, visto que dentro da Justiça do Trabalho a contratação do advogado é uma *facultas agendi* das partes não podendo o sucumbente ser penalizado pela escolha da outra parte.

4 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO APÓS A LEI 13.467 DE 2017

²⁴BRASIL. Súmulas do Tribunal Superior Trabalhista. **Súmula 219 do TST**. Brasília – DF, mar. 2016.

²⁵BRASIL. Súmulas do Tribunal Superior Trabalhista. **Súmula 329 do TST**. Brasília – DF, nov. 2013.

²⁶BRASIL. Súmulas do Tribunal Superior Trabalhista. **Súmula 425 do TST**. Brasília – DF, maio 2010.

Diante as críticas realizadas ao regramento da Justiça do Trabalho sobre os honorários advocatícios sucumbenciais e ao art. 133 da Constituição Federal que determina a atividade advocatícia indispensável à administração da justiça, o legislador decidiu alterar dispositivos da CLT, que encontrava-se ultrapassado visto a lei ser de 1943, estando em desacordo com a nova realidade social.

Destarte, no final do ano de 2017 entrou em vigor o art. 791-A, o qual atribui o direito ao advogado de ter seus honorários sucumbenciais.

Art. 791-A – Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.²⁷

Esta mudança, conforme prevê Eraldo Franzese, poderá provocar “redução no número de reclamações trabalhistas. A avaliação para o ingresso da ação reclamationária terá que ser mais criteriosa pelos riscos do insucesso da ação, que pode importar custos para o reclamante”²⁸. Entendimento semelhante ao do Sérgio Martins, que explica a adoção dos honorários advocatícios sucumbenciais na seara trabalhista como:

Uma forma de tentar diminuir o número excessivo de ações na Justiça do Trabalho e também o número excessivo de pedidos feitos sem fundamento, temerários e que não tinham nenhuma consequência. O advogado, ao elaborar a petição inicial, deverá ter mais cuidado naquilo que pede, observado a lealdade e boa-fé processuais, sob pena de seu cliente ter de pagar honorários de advogado.²⁹

Em pouco tempo da Reforma, já foram obtidos resultados satisfatório, eis que houve uma diminuição de ajuizamento de novas demandas em 36% em comparação com o ano anterior³⁰, atingindo uma das finalidades visadas pela a incorporação da Lei 13.467 de 2017 ao ordenamento jurídico brasileiro. Assim, para o

²⁷BRASIL. Lei 13.467 de julho de 2017. **Reforma trabalhista de 2017**. Brasília – DF, jul. 2017.

²⁸FRANZESE, Eraldo Aurélio Rodrigues. **Reforma trabalhista** – honorários advocatícios. A tribuna, jul. 2017. Disponível em: < <http://blogs.tribuna.com.br/direitodotrabalho/2017/07/reforma-trabalhista-honorarios-advocaticios/>>. Acesso em: 20/07/2018.

²⁹MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**. 21ª ed. São Paulo, Saraiva, 2018.

³⁰TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Primeiro ano da reforma trabalhista**: efeitos. Brasília, Notícias do TST, 2018. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/24724445>.

arbitramento dos honorários advocatícios deverão ser obedecidos as mesmas regras prevista no Código de Processo Civil, sendo, uma diferença que na Justiça Trabalhista somente poderá ser arbitrado os honorários sucumbências em um percentual de 5 a 15%, enquanto na Justiça Comum de 10 a 20%. Elias Evangelista faz reclamação a essa distinção realizada entre as Justiças laboral e civil: Isso porque o próprio código de processo civil atual determina que esta variação é 10% à 20% (art. 85 do NCPC). Ou seja, não há motivos para tratar advogados trabalhistas de modo diverso. Considera-se sim um grande avanço, contudo deveria o legislador ter mantido a isonomia também quanto ao valor devido a título de honorários sucumbenciais.³¹

Ainda, a Lei 13.467 no §3º do art. 791-A previu a possibilidade da sucumbência recíproca, diante disso haveria a condenação de ambos os sucumbentes em arcar com os honorários advocatícios sucumbenciais da outra parte, sendo expressamente vedado a compensação. Esse dispositivo ganhou interpretação, após o Enunciado 99 da 2a Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), que só se aplicará a sucumbência recíproca se houve indeferimento total do pedido, *in verbis*:

SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - O JUÍZO ARBITRARÁ HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA (ART. 791-A, PAR. 3º, DA CLT) APENAS EM CASO DE INDEFERIMENTO TOTAL DO PEDIDO ESPECÍFICO. O ACOLHIMENTO DO PEDIDO, COM QUANTIFICAÇÃO INFERIOR AO POSTULADO, NÃO CARACTERIZA SUCUMBÊNCIA PARCIAL, POIS A VERBA POSTULADA RESTOU ACOLHIDA. QUANDO O LEGISLADOR MENCIONOU “SUCUMBÊNCIA PARCIAL”, REFERIU-SE AO ACOLHIMENTO DE PARTE DOS PEDIDOS FORMULADOS NA PETIÇÃO INICIAL.³²

Portanto, se o juízo acolher o pedido, contudo, divergir sobre o valor, não acarretará em sucumbência recíproca, e consequentemente a condenação ao pagamento de honorários da outra parte.

Por fim, no §4º do art. 791-A possibilitou a condenação da parte beneficiária de assistência judiciária gratuita integral em arcar com os honorários advocatícios sucumbenciais, se em até dois anos da condenação

³¹EVANGELISTA, Elias. **Reforma trabalhista: honorários de sucumbência e gratuidade da justiça.** Jusbrasil, 2017. Disponível em: <<https://evangelistaadvocacia.jusbrasil.com.br/artigos/483114345/reforma-trabalhista-honorarios-de-sucumbencia-e-gratuidade-da-justica>>. Acesso em: 20/07/2018.

³²ANAMATRA. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. **Enunciados aprovados na 2a Jornada do Direito do Trabalho.** Disponível em: <<http://www.jornadanacional.com.br/listagem-enunciados-aprovados-vis1.asp>>.

for comprovado que não mais existe a condição de insuficiência de recursos ou se a parte houver créditos trabalhistas a receber.

Ademais, o TST não manifestou sobre a continuidade da Súmulas 219 e 329, visto que há ação interposta na Supremo Tribunal Federal com fulcro de declarar inconstitucional a Reforma Trabalhista de 2017, sendo que a regra aqui debatida está sendo revista na ADI nº 5766, a qual até o momento foi proferida a seguinte decisão:

Decisão: Após o voto do Ministro Roberto Barroso (Relator), julgando parcialmente procedente a ação direta de inconstitucionalidade, para assentar interpretação conforme a Constituição, consubstanciada nas seguintes teses: “1. O direito à gratuidade de justiça pode ser regulado de forma a desincentivar a litigância abusiva, inclusive por meio da cobrança de custas e de honorários a seus beneficiários. 2. A cobrança de honorários sucumbenciais do hipossuficiente poderá incidir: (i) sobre verbas não alimentares, a exemplo de indenizações por danos morais, em sua integralidade; e (ii) sobre o percentual de até 30% do valor que exceder ao teto do Regime Geral de Previdência Social, mesmo quando pertinente a verbas remuneratórias. 3. É legítima a cobrança de custas judiciais, em razão da ausência do reclamante à audiência, mediante prévia intimação pessoal para que tenha a oportunidade de justificar o não comparecimento, e após o voto do Ministro Edson Fachin, julgando integralmente procedente a ação, pediu vista antecipada dos autos o Ministro Luiz Fux. Ausentes o Ministro Dias Toffoli, neste julgamento, e o Ministro Celso de Mello, justificadamente. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 10.5.2018.”³³

Portanto, enquanto não há manifestação do TST, utiliza-se dos princípios processuais para resolver o conflito aparente entre essas normas, o qual estabelece que a lei nova sobressai sobre a anterior, logo, os dispositivos da Reforma Trabalhista de 2017, principalmente o art. 791-A, possuem eficácia dentro da seara laboral. Por isso, o debate entre os jurista no momento é quanto à aplicabilidade temporal desses dispositivos.

5 APLICAÇÃO TEMPORAL DO ART. 791-A DA CLT E CONSTITUCIONALIDADE DO §3º DO ART. 191-A

A aplicação das normas trabalhistas no tempo é regulamentada sobre dois princípios, o da irretroatividade e o da aplicação imediata. O

³³STF – Supremo Tribunal Federal. **ADI 5766**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5250582>>. Acesso em: 06/10/2018.

princípio da irretroatividade está implicitamente previsto na Constituição Federal, art. 5º, XXXVI: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”³⁴, isto é, a nova norma não poderá interferir na relação jurídica já firmada antes de sua vigência.

Monteiro (apud JORGE NETO) estabelece que sem o princípio da irretroatividade:

Inexistiria qualquer segurança nas transações, a liberdade civil seria um mito, a estabilidade patrimonial inexistiria e a solidez nos negócios estaria sacrificada, para dar lugar a ambiente de apreensões e incertezas, impregnado de intranquilidade e altamente nocivo aos superiores interesse do indivíduo e da sociedade. Seria negação do próprio direito, cuja específica função, no dizer de Ruggiero-Maroi, é tutela e garantia.³⁵

O princípio da aplicação imediata, como menciona Martins que:

O art. 912 da CLT já previa que “os dispositivos de caráter imperativo terão aplicação imediata às relações iniciadas, mas não consumadas, antes da vigência desta Consolidação”. Assim, os atos processuais já praticados estarão resguardados pelo direito adquirido e pelo ato jurídico perfeito, não se lhes aplicando a lei processual nova. Ao contrário, se a lei processual apanha situações que ainda estão em curso, porém não consumadas, sua aplicação é imediata a essas situações pendentes.³⁶

Destarte, mesmo que com esses princípios informadores ainda perpetuou a divergência doutrinária acerca da aplicabilidade dos honorários advocatícios sucumbenciais, visto que de um lado há o posicionamento a respeito da não incidência do art. 791-A da CLT nos processos já em curso antes de sua eficácia, entendimento em conformidade com a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.678.612 – RO (2017/0141111-0)
RELATOR: MINISTRO MOURA RIBEIRO (...) No que se refere à fixação de honorários de advogados sucumbenciais, observa-se o novo Código de Processo Civil estabeleceu regras particulares quanto ao instituto, contexto que pode ocasionar dúvida sobre a incidência das normas atuais nas relações jurídicas no âmbito do antigo código. O Supremo Tribunal de Justiça manifestou-se a respeito do tema, ao fixar a tese de que o arbitramento dos honorários não configura matéria simplesmente processual,

³⁴BRASIL. Constituição Federal da República do Brasil de 05 de outubro de 1988. **Constituição Federal**. Brasília – DF, out. 1988.

³⁵MAGALHÃES, Joalvo. **Aplicabilidade da reforma trabalhista aos contratos celebrados antes da sua vigência** – Parte I. Jota, 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/columnas/reforma-trabalhista/aplicabilidade-da-reforma-trabalhista-aos-contratos-celebrados-antes-da-sua-vigencia-22022018>>. Acesso em: 06/10/2018.

³⁶MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 30ª ed. São Paulo, Atlas, 2010.

principalmente frente aos reflexos diretos no direito substantivo da parte e advogado. O instituto sustenta natureza híbrida, tendo em vista os reflexos materiais que o atravessam. A doutrina reconhece que os honorários advocatícios são institutos de direito processual material, pois, mesmo tendo previsão no diploma legal, confere direito subjetivo de crédito ao advogado em face da parte que deu causa à instauração do processo. O acórdão do REsp 1.465.535/SP, por consequência, afastou a adoção simplista do sistema de separação dos atos processuais, invocando precedentes do STJ no sentido de que a sucumbência há de ser regida pelas normas vigentes ao tempo da sentença que reconhece. O citado acórdão (REsp 1.465.535/SP) elegeu a sentença como o marco processual a separar a incidência do Código antigo da do Código novo: STJ (...) (STJ – Resp: 1678612 RO 2017/0141111-0, Relator: Ministro MOUR RIBEIRO, Data de Publicação: DJ 17/08/2017)³⁷

Como também o enunciado elaborado na Jornada de Direito Material e Processual Trabalhista em 09 e 10 de outubro de 2017:

Ementa: EM RAZÃO DA NATUREZA HÍBRIDA DAS NORMAS QUE REGEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (MATERIAL E PROCESSUAL), A CONDENAÇÃO À VERBA SUCUMBENCIAL SÓ PODERÁ SER IMPOSTA NOS PROCESSOS INICIADOS APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI 13.467/2017, HAJA VISTA A GARANTIA DE NÃO SURPRESA, BEM COMO EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE, UMA VEZ QUE A EXPECTATIVA DE CUSTOS E RISCOS É AFERIDA NO MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO.³⁸

No outro lado, os juristas acreditam que pelo CPC desde 1973 já ter previsto os honorários advocatícios sucumbenciais não ocasionaria surpresas ou prejuízos a parte sucumbente. No mesmo sentido tem-se a Medida Provisória 808/2017 que conferiu em seu art. 2º, a aplicação, na integralidade, do disposto na Lei 13.467. Sendo assim, Magalhães argumenta da seguinte forma: por “se tratar de norma de ordem pública, que encerram um feixe de preceitos que resguardam interesses públicos e não meramente privados. Neste sentido, tem-se o disposto no art. 912 da CLT, que instituiu a aplicação imediata dos preceitos de ordem pública”³⁹.

³⁷SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Jusbrasil. **Recurso especial: REsp 1678612 RO 2017/0141111-0**. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/489224758/recurso-especial-resp-1678612-ro-2017-0141111-0>>. Acesso em: 21/07/2018.

³⁸ANAMATRA. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. **Enunciados aprovados na 2ª jornada**. Disponível em: <<http://www.jornadanacional.com.br/listagem-enunciados-aprovados-visl.asp>>. Acesso em: 21/07/2018.

³⁹MAGALHÃES, Joalvo. **Aplicabilidade da reforma trabalhista aos contratos celebrados antes da sua vigência** – Parte I. Jota, 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e>>

Diante a dúvida instaurada o TST através da Resolução 221 de 21 de junho de 2018, aprovou a Instrução Normativa nº 41 que em seu art. 6º manifestou sobre a impossibilidade de aplicar-se a regra dos honorários advocatícios sucumbenciais, sendo que o disposto no art. 791-A deverá ser adotado tão somente às ações proposta após 11 de novembro de 2017.

Assim, suprida essa divergência restou a disputa doutrinária quanto a constitucionalidade da condenação a arcar com os honorários advocatícios sucumbenciais da parte beneficiária da assistência judiciária gratuita.

O posicionamento que atesta ser inconstitucional é acerca que o art. 791-A; §4º afronta o art. 5º; LXXIV e art. 7º; X da Constituição Federal, que dispõe, respectivamente, sobre a assistência judiciária gratuita integral e sobre a proteção ao salário. Esse entendimento está respaldado no Enunciado 100 da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA, que assim está disposto:

HONORÁRIOS E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - É INCONSTITUCIONAL A PREVISÃO DE UTILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS RECONHECIDOS EM JUÍZO PARA O PAGAMENTO DE DESPESAS DO BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA COM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS OU PERICIAIS (ARTIGOS 791-A, § 4º, E 790-B §4º DA CLT, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.467/2017), POR FERIR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E INTEGRAL, PRESTADA PELO ESTADO, E À PROTEÇÃO DO SALÁRIO (ARTIGO 5º, LXXIV E 7º, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL).⁴⁰

No entanto, há o posicionamento que esse novo dispositivo da CLT não afronta a Constituição Federal, pois, segundo Rosolino:

O §4º do artigo em questão dispõe que o valor dos honorários de sucumbência pode ser abatido do crédito recebido pelo reclamante, ainda que em outro processo e, no caso de a medida acima não ser possível, os honorários somente poderão ser executados se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que ensejou a concessão do benefício da justiça gratuita. Dessa forma, da interpretação da parte final do §4º, do artigo 791-A da CLT, conclui-se ser ônus da reclamada

analise/colunas/reforma-trabalhista/aplicabilidade-da-reforma-trabalhista-aos-contratos-celebrados-antes-da-sua-vigencia-22022018>. Acesso em: 06/10/2018.

⁴⁰ANAMATRA. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. **Enunciados aprovados na 2ª jornada**. Disponível em: < <http://www.jornadanacional.com.br/listagem-enunciados-aprovados-vis1.asp>>. Acesso em: 21/07/2018.

demonstrar, nos dois anos seguintes ao trânsito em julgado da sentença que fixou a sucumbência, que o beneficiário da justiça gratuita tem condição de pagar os honorários fixados, sob pena de decadência do direito em questão.⁴¹

Isto posto, se não houver a relativização da aplicação dessas normas constitucionais às reclamações trabalhistas perderá a eficácia das finalidades da Reforma Trabalhista, principalmente a diminuição das demandas aventureiras e a celeridade processual.

Nesta senda, o Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de agravo de instrumento em recurso de revista proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade do art. 791-A da CLT *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 791-A, § 4º, DA CLT. 1. A Reforma Trabalhista, implementada pela Lei nº 13.467/2017, sugere uma alteração de paradigma no direito material e processual do trabalho. No âmbito do processo do trabalho, a imposição pelo legislador de honorários sucumbenciais ao reclamante reflete a intenção de desestimular lides temerárias. É uma opção política. 2. Por certo, sua imposição a beneficiários da Justiça gratuita requer ponderação quanto à possibilidade de ser ou não tendente a suprimir o direito fundamental de acesso ao Judiciário daquele que demonstrou ser pobre na forma da Lei. 3. Não obstante, a redação dada ao art. 791, § 4º, da CLT, demonstrou essa preocupação por parte do legislador, uma vez que só será exigido do beneficiário da Justiça gratuita o pagamento de honorários advocatícios se ele obtiver créditos suficientes, neste ou em outro processo, para retirá-lo da condição de miserabilidade. Caso contrário, penderá, por dois anos, condição suspensiva de exigibilidade. A constatação da superação do estado de miserabilidade, por óbvio, é casuística e individualizada. 4. Assim, os condicionamentos impostos restauram a situação de isonomia do atual beneficiário da Justiça gratuita quanto aos demais postulantes. Destaque-se que o acesso ao Judiciário é amplo, mas não incondicionado. Nesse contexto, a ação contramajoritária do Judiciário, para a declaração de inconstitucionalidade de norma, não pode ser exercida no caso, em que não se demonstra violação do princípio constitucional de acesso à Justiça. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (TST, AIRR 2054-06.2017.5.11.0003, 3a Turma, Relator: Ministro Alberto Bressiani,

⁴¹ROSOLINO, Gabriel. **Honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho: modernização ou impedimento de acesso à Justiça**. Migalhas, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI284868,31047-Honorarios+de+sucumbencia+na+Justica+do+Trabalho+modernizacao+ou>>.

Data do Julgamento: 28/05/2019, Data da Publicação:
30/05/2019)⁴² (*grifo nosso*)

Portanto, o precedente do TST fortalece a tese da constitucionalidade da condenação do beneficiário da Justiça Gratuita em arcar com os honorários advocatícios sucumbenciais, pelos fundamentos que o art. 791-A da CLT tem cunho político para diminuir as demandas temerárias, e o princípio constitucional do acesso à justiça apesar de amplo não é incondicionado.

No entanto, em que pese a solidificação do tema não foi resolvido, permanecendo a insegurança jurídica quanto a aplicação desse dispositivo, pendendo decisão do STF, todavia, ainda sim indica a posição a serem tomada pela Justiça Trabalhista no que concerne aos honorários advocatícios sucumbenciais vigentes em razão da Lei 13.467 de 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divergência doutrinária, portanto, acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais na Justiça Trabalhista foi resolvida momentaneamente, decidindo com a promulgação da Reforma Trabalhista de 2017, o direito do advogado em receber percentual sobre o valor da sucumbência.

Assim, percebe-se que o entendimento antes em conformidade com o Tribunal Superior do Trabalho foi vencido. No entanto, ressalva-se a intenção do legislador à época que era privilegiar o princípio constitucional do acesso à justiça, para isso, assegurava a simplicidade e operabilidade dos direitos trabalhistas.

Todavia, percebeu-se que ao permitir que leigos ingressassem na Justiça sem assistência de um especialista estaria limitando a capacidade de êxito na demanda, obtendo uma falsa sensação de acesso à justiça.

Ademais, sem a condenação ao princípio da sucumbência, como explicado pelo doutrinador Sérgio Martins após a Lei 13.467 de 2017, houve um excessivo número de demandas sem fundamento e temerárias que abarrotavam a Justiça, comprometendo a celeridade processual.

⁴² TST - Tribunal Superior do Trabalho. **AIRR 2054-06.2017.5.11.0003**. Disponível em: <<https://jurisprudencia-backend.tst.jus.br/rest/documentos/5c628d77189b1f2fed6f2c4fb94c3a6c>>. Acesso em: 22/08/2019.

Por esses motivos foi alterada a regra sobre os honorários advocatícios sucumbenciais na seara trabalhista no art. 791-A da reforma nas Consolidações das Leis Trabalhistas.

Assim, ainda há ações visando a inconstitucionalidade desta nova lei, porém, os tribunais superiores não proferiram uma decisão em definitivo sobre esse mérito, diante disso, essa nova regra vem sendo aplicado somente aos processos instaurados após a Lei 13.467 de 2017, o que criou nova divergência doutrinária, mas já sedimentado tal entendimento pela Resolução 221 do TST, que aprovou a Instrução Normativa nº 41.

Enfim, as vantagens ou desvantagens dessa nova regra só poderão ser analisadas após um período razoável de vigência desse novo ordenamento, mas, de antemão, sopesando os argumentos dos juristas que defendiam essa mudança com os que eram contrários, aparenta nos ser a decisão correta, visto a necessidade de atualização da legislação, já que a antiga CLT é de 1943, e os institutos defendido aquela época encontram-se em desuso, como é o caso do *jus postulandi*, destarte, é válida a tentativa de adequar as leis com evolução da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAMATRA. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. **Enunciados aprovados na 2ª jornada**. Disponível em: < <http://www.jornadanacional.com.br/listagem-enunciados-aprovados-vis1.asp>>. Acesso em: 21/07/2018.

BRASIL. **Código de ética e disciplina da OAB**. Brasília – DF, mar. 1995.

_____. Constituição Federal da República de 1988. **Constituição Federal**. Brasília – DF, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939. **Código de Processo Civil de 1939**. Brasília – DF, set. 1939.

_____. Decreto-lei nº 4.657 de 4 de setembro de 1942. **Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro**. Brasília – DF, set. 1942.

_____. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. **Consolidações das leis trabalhistas**. Brasília – DF, maio 1943.

_____. Lei 1.060 de 05 de fevereiro de 1950. **Lei da assistência judiciária gratuita**. Brasília – DF, fev. 1950.

_____. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil de 2015**. Brasília – DF, mar. 2015.

_____. Lei 13.467 de julho de 2017. **Reforma trabalhista de 2017**. Brasília – DF, jul. 2017.

_____. Lei 5.584 de 26 de junho de 1970. **Lei da assistência judiciária na Justiça do trabalho**. Brasília – DF, jun. 1970.

_____. Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973. **Código de Processo Civil de 1973**. Brasília – DF, jan. 1973.

_____. Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1994. **Estatuto da advocacia e da ordem dos advogados do Brasil**. Brasília – DF, jul. 1994.

_____. Súmulas do Supremo Tribunal Federal. **Súmula 47 do STF**. Brasília – DF.

_____. Súmulas do Supremo Tribunal Federal. **Súmula 256 do STF**. Brasília – DF.

_____. Súmulas do Tribunal Superior Trabalhista. **Súmula 219 do TST**. Brasília – DF, mar. 2016.

_____. Súmulas do Tribunal Superior Trabalhista. **Súmula 329 do TST**. Brasília – DF, nov. 2013.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. Vol. II. Campinas: Bookseller, 1998.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. São Paulo, Malheiros, 1987.

EVANGELISTA, Elias. **Reforma trabalhista**: honorários de sucumbência e gratuidade da justiça. Jusbrasil, 2017. Disponível em: <<https://evangelistaadvocacia.jusbrasil.com.br/artigos/483114345/reforma-trabalhista-honorarios-de-sucumbencia-e-gratuidade-da-justica>>. Acesso em: 20/07/2018.

FRANZESE, Eraldo Aurélio Rodrigues. **Reforma trabalhista** – honorários advocatícios. A tribuna, jul. 2017. Disponível em: <<http://blogs.atribuna.com.br/direitodotrabalho/2017/07/reforma-trabalhista-honorarios-advocaticios/>>. Acesso em: 20/07/2018.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 14ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

MAGALHÃES, Joalvo. **Aplicabilidade da reforma trabalhista aos contratos celebrados antes da sua vigência** – Parte I. Jota, 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/reforma-trabalhista/aplicabilidade-da-reforma-trabalhista-aos-contratos-celebrados-antes-da-sua-vigencia-22022018>>. Acesso em: 06/10/2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 30ª ed. São Paulo, Atlas, 2010.

_____. **Comentários à CLT**. 21ª ed. São Paulo, Saraiva, 2018.

NERY JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado**. 7ª ed. São Paulo, Revistas dos Tribunais, 2003.

OLIVEIRA, Antônio José Xavier. **Linhas gerais acerca dos honorários advocatícios**: generalidade, natureza alimentar, espécies e o novo código civil. Jus Navigandi, Teresina, jan. 2007. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9378/linhas-gerais-acerca-dos-honorarios-advocaticios>>. Acesso em: 11/06/2018.

OLIVEIRA, Francisco Antônio de. **O processo na justiça do trabalho**. 4ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.

RESENDE, Roberta. **Princípio da reparação integral** – indenização no Código Civil. Migalhas, 2011. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/LaudaLegal/41,MI141138,21048-Principio+da+Reparacao+Integral+Indenizacao+no+Codigo+Civil>>. Acesso em: 05/10/2018.

ROSOLINO, Gabriel. **Honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho**: modernização ou impedimento de acesso à Justiça. Migalhas, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI284868,31047-Honorarios+de+sucumbencia+na+Justica+do+Trabalho+modernizacao+ou>>.

SARAIVA, Renato; LINHARES, Aryanna. **Curso direito processual do trabalho**. 14ª Salvador, editora jusPodivm, 2017.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. 2ª ed. São Paulo, LTr, 2009.

SILVESTRE, Jorge Augusto Buzetti. **O princípio do informalismo no Direito processual do trabalho**. OAB 6ª subseção de SINOP/MT, Mato Grosso, 2013. Disponível em: <http://www.oabsinop.com.br/?mega=news_detalhe&cod=473>. Acesso em: 05/10/2018.

STF – Supremo Tribunal Federal. **ADI 5766**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5250582>>. Acesso em: 06/10/2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso especial: REsp 1678612 RO 2017/0141111-0**. Jusbrasil. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/489224758/recurso-especial-resp-1678612-ro-2017-0141111-0>>. Acesso em: 21/07/2018.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **AIRR 2054-06.2017.5.11.0003**. Disponível em: <<https://jurisprudencia-backend.tst.jus.br/rest/documentos/5c628d77189b1f2fed6f2c4fb94c3a6c>>. Acesso em: 22/08/2019.

_____. **Primeiro ano da reforma trabalhista**: efeitos. Brasília, Notícias do TST, 2018. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/24724445>.